

Ministro quer complementação de Estados e municípios para o SUS

Carlos Albuquerque acredita que é preciso buscar novas formas de recursos além da CPMF

BRASÍLIA — O ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque, vai negociar com Estados e municípios a complementação financeira aos recursos federais aplicados no setor. "Farei um trabalho com governadores e prefeitos para ver em que ponto podemos nos complementar", adiantou o ministro, após a cerimônia de transmissão de cargo, no Ministério da Saúde. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) possibilitará, segundo ele, manter e até melhorar a qualidade da assistência prestada.

Na posse, o presidente Fernando Henrique Cardoso comprometeu-se a "usar bem" os recursos provenientes da CPMF e prometeu transformar 1997 no "ano da Saúde". Ele enfatizou que é preciso buscar novas formas de financiamento para a saúde. Aproveitando a presença de parlamentares na solenidade, o presidente garantiu que "o esforço feito para financiar a saúde com a CPMF é transitório".

O presidente afirmou que não tem

como pedir ao Congresso mais recursos para o setor e cobrou maior participação dos Estados e municípios no custeio da área.

O novo ministro disse que deve trabalhar com governadores e prefeitos. "Há prefeituras que não têm condições de complementar nada do governo federal, mas há outras nas quais pode ser negociada uma complementação e o mesmo vale para Estados." Para o secretário Estadual de Saúde de São Paulo, José Guedes, "não vai ser fácil aplicar mais". São Paulo investe pouco mais de 10% de sua receita de ICMs na saúde.

Albuquerque conta com a CPMF para dar mais fôlego ao orçamento e pagar suas dívidas — hoje acumuladas em quase R\$ 4 bilhões — dando continuidade as ações. "O Seixas (ex-ministro interino José Carlos Seixas) disse que há expectativa de que a arrecadação seja ainda maior do que os R\$ 4,8 bilhões estimados", afirmou. Nos próximos dias, segundo José Seixas, o ministério poderia receber R\$ 217 milhões para a compra de vacinas e inseticidas.

Além de fontes de financiamento, Albuquerque quer acabar com o que classificou de "mazelas da gestão", citando as fraudes, a falta de profissionalização e as deficiências no atendimento prestado. "Vamos empenhar nossa capacidade de trabalho e experiência para, por meio de uma administração eficiente, aumentar a produtividade, implementar o combate aos desperdícios, às fraudes e à ociosidade."

Continuará sendo prioridade a descentralização do SUS, mas o ministro pretende rever a linha de ação. Ele defendeu a criação de modelos diversos da visão centrada no atendimento, "de acordo com as necessidades cultu-

rais, sociais, econômicas e epidemiológicas de cada região".

O ex-ministro Adib Jatene esteve presente à cerimônia. Ele avisou que a perspectiva para a crise da saúde é difícil, mas possível, se houver apoio do presidente e da equipe econômica.

ALBUQUERQUE
CONTA COM
FÔLEGU DA
CPMF

■ A íntegra da fala do presidente está na pág. R43